

# SUMÁRIO

|                  |   |
|------------------|---|
| INTRODUÇÃO ..... | 1 |
|------------------|---|

## PARTE I A COISA JULGADA

|   |    |
|---|----|
| CAPÍTULO I – VISÃO GERAL A RESPEITO DA COISA JULGADA....  | 7  |
| 1. Contextualização .....   | 7  |
| 2. Da coisa julgada nas letras jurídicas pátrias.....   | 8  |
| 3. Breve notícia histórica a respeito da coisa julgada .....                                      | 12 |
| 3.1 Antecedentes históricos da justificação jurídica da coisa julgada .....                       | 16 |
| 3.2 Doutrinas que influenciaram o direito processual brasileiro pretérito .....                   | 22 |
| 3.2.1 Regulamento 737 de 1850.....  | 22 |
| 3.2.2 Código de Processo Civil de 1939 .....  | 24 |
| 3.3 Doutrinas que influenciaram a atual legislação (CPC 1973).....                                | 31 |
| 3.4 A coisa julgada no projeto de Novo CPC (PL 166/2010 do Senado e PL 8046/2010 da Câmara) ..... | 37 |
| 4. Das características da sentença e do conceito de coisa julgada .....                           | 38 |
| 4.1 Sentença: conceito, efeitos, eficácia.....  | 38 |
| 4.2 Trânsito em julgado, coisa julgada formal, coisa julgada material e identidade de ações ..... | 45 |
| 4.3 Do efetivo conceito de coisa julgada material .....   | 53 |
| 5. Dos limites da coisa julgada.....  | 63 |

|   |  |     |
|---|--|-----|
| 5.1   | Limites subjetivos .....   | 64  |
| 5.2   | Limites objetivos .....  | 66  |
| CAPÍTULO II – DAS SENTENÇAS NÃO COBERTAS PELA COISA JULGADA MATERIAL NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO ..... |  | 71  |
| 6.  | A coisa julgada no processo de execução, no processo cautelar e nos procedimentos especiais de jurisdição voluntária .....   | 71  |
| 6.1   | Contextualização .....   | 71  |
| 6.2   | Processo de execução .....   | 74  |
| 6.3   | Processo cautelar .....  | 87  |
| 6.4   | Jurisdição voluntária .....  | 100 |
| 6.5   | Síntese do tópico .....  | 109 |
| 7.  | Das sentenças definitivas proferidas no processo de conhecimento que, pela previsão legal, não são cobertas pela coisa julgada material: exposição e análise ..... | 112 |
| 7.1   | Contextualização .....   | 112 |
| 7.2   | Sentença de alimentos .....  | 117 |
| 7.3   | Sentenças que apreciam relações jurídicas continuativas .....  | 126 |
| 7.3.1   | Sentenças determinativas .....   | 132 |
| 7.4   | Sentença denegatória de mandado de segurança (panorama alterado com a edição da Lei 12.016/2009). .....  | 137 |
| 7.5   | Sentença denegatória de falência (panorama alterado com a edição da Lei 10.101/2005). .....  | 143 |
| 7.6   | Sentença de improcedência, por insuficiência de provas, nas ações coletivas .....  | 147 |
| 7.6.1   | Contextualização .....   | 147 |
| 7.6.2   | Ação popular .....   | 148 |
| 7.6.3   | Ação civil pública .....   | 155 |
| 7.6.4   | Ações coletivas previstas no Código de Defesa do Consumidor .....  | 158 |
| 7.6.5   | Conclusões a respeito das ações coletivas .....  | 164 |

|     |  |     |
|-----|--|-----|
| 7.7 | Sentença fundada em diploma legal posteriormente declarado inconstitucional (“coisa julgada inconstitucional”) ..... | 169 |
| 8.  | Conclusões da Parte I .....  | 193 |

## PARTE II

### O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS NO BRASIL

|  |   |     |
|--|---|-----|
| CAPÍTULO III – VISÃO GERAL A RESPEITO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ..... |   | 207 |
| 9.   | Contextualização .....  | 207 |
| 10.  | Constitucionalismo e Constituição.....  | 208 |
| 10.1   | O pensamento de Sieyès (Constituição e Poder Constituinte).....   | 211 |
| 10.2   | Do conceito de Constituição .....   | 213 |
| 10.3   | Da rigidez constitucional.....  | 219 |
| 11.  | Necessidade e objetivos do controle de constitucionalidade das leis ...                                   | 222 |
| 12.  | Origens do controle de constitucionalidade das leis .....   | 228 |
| 12.1   | Antecedentes .....  | 229 |
| 12.2   | Constitucionalismo moderno .....  | 233 |
| 12.2.1   | Sistema norte-americano .....   | 236 |
| 12.2.2   | Sistema francês.....  | 239 |
| 12.2.3   | Sistema austríaco.....  | 243 |
| 13.  | Classificações do controle de constitucionalidade .....   | 246 |
| 13.1   | Do momento em que o controle de constitucionalidade é realizado .....                                     | 248 |
| 13.2   | Da natureza do órgão que realiza o controle de constitucionalidade.....                                   | 249 |
| 13.2.1   | Do órgão responsável pelo controle judicial .....   | 251 |
| 13.2.2   | Da forma pela qual se realiza o controle judicial ....  | 252 |
| 13.2.3   | Do contraste entre o controle difuso-concreto-incidental e o controle concentrado-abstrato-principal .... | 253 |

|  |     |
|--|-----|
| CAPÍTULO IV – DA EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL: RUMO AO CONTROLE CONCENTRADO? .....  | 255 |
| 14. Breves comentários acerca da evolução histórica do controle de constitucionalidade das leis nas Constituições brasileiras .....  | 255 |
| 14.1 Constituição de 1824.....   | 257 |
| 14.2 Constituição de 1891.....   | 259 |
| 14.3 Constituição de 1934.....   | 264 |
| 14.4 Constituição de 1937.....   | 268 |
| 14.5 Constituição de 1946.....   | 270 |
| 14.5.1 Emenda Constitucional 16/1965 .....   | 273 |
| 14.6 Constituição de 1967-1969 e Emenda Constitucional 7/1977.....   | 275 |
| 14.7 Constituição de 1988.....   | 278 |
| 15. Modificações legislativas (constitucionais e infraconstitucionais) posteriores à Constituição de 1988 com reflexos no controle de constitucionalidade.....   | 287 |
| 15.1 Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990): alterações nas ações coletivas e possibilidade de análise da inconstitucionalidade no âmbito do processo coletivo (reflexo no controle no controle de constitucionalidade) ..... | 287 |
| 15.2 Emenda Constitucional 3/1993: criação da ação declaratória de constitucionalidade.....  | 294 |
| 15.3 A Lei 9.756/1998: alterações no Código de Processo Civil .....  | 301 |
| 15.3.1 CPC, art. 557: julgamento monocrático dos recursos por parte do relator, diante de jurisprudência dominante ou súmula.....  | 301 |
| 15.3.2 CPC, art. 481, parágrafo único: modificação nas regras na declaração de inconstitucionalidade incidental .....  | 307 |
| 15.4 Lei 9.868/1999: regulamentação infraconstitucional da ADI, ADC e ADO .....  | 310 |
| 15.5 Lei 9.882/1999: regulamentação infraconstitucional da ADPF.....   | 320 |
| 15.6 Emenda Constitucional 45/2004: a “Reforma do Judiciário” .....  | 329 |

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| 15.7  | Do não recebimento de apelação, quando a sentença estiver em acordo com súmula de Tribunal Superior (CPC, art. 518, § 1.º, com a redação da Lei 11.276/2006)..... | 334 |
| 15.8  | Lei 11.417/2006: Regulamentação infraconstitucional da súmula vinculante.....   | 338 |
| 15.9  | Lei 11.418/2006: regulamentação infraconstitucional da repercussão geral da questão constitucional (inclusão dos arts. 543-A e 543-B no CPC).....                 | 342 |
| 15.10 | Lei 11.672/2008: a criação do recurso especial repetitivo (CPC, art. 543-C).....  | 346 |
| 16.   | Análise crítica da evolução legislativa do controle de constitucionalidade das leis no Brasil.....  | 348 |
| 16.1  | Da aproximação dos efeitos da decisão do controle difuso ao controle concentrado (da concentração do controle difuso).....  | 349 |
| 16.2  | Rumos e perspectivas do sistema de controle de constitucionalidade brasileiro .....   | 353 |
| 17.   | Conclusões da Parte II.....   | 371 |

### PARTE III

## COISA JULGADA E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

|  |     |
|--|-----|
| CAPÍTULO V – EFICÁCIA <i>ERGA OMNES</i> , EFEITO VINCULANTE E COISA JULGADA NO CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE .....   | 383 |
| 18. Contextualização: coisa julgada e a estabilização das decisões proferidas no controle concentrado de constitucionalidade ..... | 383 |
| 19. Premissas a respeito da coisa julgada (a partir das conclusões da Parte I).....  | 385 |
| 20. Premissas a respeito do controle de constitucionalidade (a partir das conclusões da Parte II) .....                            | 387 |
| 21. Elementos para a compreensão da estabilização da decisão proferida no controle concentrado .....                               | 388 |
| 21.1 Do controle concentrado como processo objetivo .....  | 389 |
| 21.2 Controle concentrado e processo coletivo.....   | 399 |

|          |   |     |
|----------|---|-----|
| 21.3     | Da existência de coisa julgada no controle concentrado.....   | 403 |
| 21.4     | Da eficácia <i>erga omnes</i> e do efeito vinculante no controle concentrado .....  | 405 |
| 21.5     | Da compatibilização entre coisa julgada, eficácia <i>erga omnes</i> e efeito vinculante no controle concentrado.....  | 418 |
| 21.5.1   | Coisa julgada, eficácia <i>erga omnes</i> e efeito vinculante que atinge inclusive a fundamentação, à luz da teoria da transcendência dos motivos determinantes. ....               | 420 |
| 21.5.1.1 | Análise crítica da eficácia <i>erga omnes</i> como alargamento dos limites subjetivos da coisa julgada à luz da teoria da transcendência dos motivos determinantes ....             | 422 |
| 21.5.1.2 | Análise crítica do efeito vinculante como alargamento dos limites objetivos da coisa julgada.....   | 429 |
| 21.5.2   | Coisa julgada, eficácia <i>erga omnes</i> e efeito vinculante restritos ao dispositivo, à luz da teoria da vinculação do precedente constitucional concentrado.....                 | 433 |
| 21.5.2.1 | Análise crítica da eficácia <i>erga omnes</i> como alargamento dos limites subjetivos da coisa julgada à luz da teoria da vinculação do precedente constitucional concentrado ..... | 437 |
| 21.5.2.2 | Análise crítica do efeito vinculante como fenômeno de direito processual desvinculado da coisa julgada e sua inserção no sistema processual pátrio.....                             | 438 |
| 21.5.3   | Breve análise da jurisprudência do STF no tocante ao efeito vinculante .....  | 444 |
| 22.      | Conclusões da Parte III .....   | 455 |
|          | BIBLIOGRAFIA.....   | 465 |